



mais se coaduna com o interesse público primário. A autotutela constitui, assim, instrumento essencial para assegurar a dinamicidade e a eficiência da função administrativa, evitando a perpetuação de situações que contrariem o bem comum.

Ademais, conforme sedimentado na doutrina administrativista, a revogação por conveniência e oportunidade pressupõe a demonstração de que a manutenção do ato administrativo não mais se coaduna com o interesse público, seja por alteração das circunstâncias fáticas que ensejaram sua prática, seja por reavaliação dos critérios de conveniência administrativa.

Aplicando tais premissas ao caso em análise, verifica-se a configuração de fato superveniente devidamente comprovado, consistente na revisão do quantitativo de postos de trabalho originalmente estimado, com identificação de discrepâncias significativas em relação às necessidades reais do Tribunal, bem como no surgimento de novas demandas operacionais decorrentes de reorganizações internas e alterações no fluxo processual das unidades judiciais, circunstâncias que atendem ao requisito estabelecido no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Consequentemente, a superveniência dos fatos demonstrados importou em substancial alteração do contexto que justificou a instauração do procedimento licitatório, tornando a contratação pretendida inadequada às atuais necessidades institucionais, notadamente no que se refere ao dimensionamento dos serviços administrativos requeridos para o adequado funcionamento das unidades judiciais.

Por conseguinte, nova análise das circunstâncias supervenientes demonstra que as discrepâncias identificadas no quantitativo de postos e o surgimento de novas demandas operacionais comprometem a adequação dos parâmetros originalmente estabelecidos no edital, evidenciando que a manutenção do certame resultaria em dispêndio de recursos públicos em contratação que não mais atende aos critérios de eficiência, eficácia e economicidade exigidos pela administração pública.

Diante desse quadro, a revogação mostra-se, portanto, medida imprescindível à preservação do interesse público, evitando-se a celebração de contrato que não mais se justifica sob a ótica da conveniência e oportunidade administrativas.

Ressalte-se, por oportuno, que o procedimento licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não havendo qualquer vício de legalidade a macular os atos praticados. A decisão revogatória funda-se exclusivamente em juízo de conveniência e oportunidade administrativa.

Finalmente, cumpre observar que o direito dos licitantes à prévia manifestação, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, será oportunamente garantido através de publicação desta decisão e abertura de prazo para eventuais manifestações, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Diante do exposto, com fundamento no inciso II do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, e considerando as razões de conveniência e oportunidade administrativa delineadas, decido:

1. Revogar o Pregão Eletrônico nº 022/2025-TJAM, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços administrativos para o funcionamento das unidades judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Capital e Interior), em virtude de fato superveniente que alterou substancialmente as circunstâncias que justificaram sua instauração.

2. Determinar a publicação desta decisão no Diário de Justiça Eletrônico, no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em atendimento ao disposto no artigo 66, § 1º, inciso III, da Resolução nº 64/2023 deste Tribunal.

3. Assegurar aos interessados o prazo de três dias úteis para manifestação, contados da publicação desta decisão, em observância ao parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

4. Determinar o arquivamento dos autos após o transcurso do prazo recursal e cumpridas as determinações de publicidade.

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Licitação para as providências, observando-se rigorosamente todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Cumpra-se.

Manaus, AM, data registrada no sistema.

- assinatura digital -

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**  
Presidente

## DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO - TJ/AM/SECOP/COLIC

### DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** os autos do processo licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº 019/2025**, cujo objeto é o: Registro de preços para eventual aquisição licenças de software no modelo perpétuo do Microsoft Windows Server 2025 Datacenter, Microsoft Windows Server CAL 2025, Windows Server 2025 Remote Desktop Services e Microsoft SQL Server 2022 Standard Edition, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, decorrente do processo administrativo nº 2025/000008098-00.

**CONSIDERANDO** o resultado do referido pregão eletrônico, conforme segue: **BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 57.142.978/0001-05**, no menor preço global, no valor de **R\$ 5.176.900,00 (cinco milhões cento e setenta e seis mil novecentos reais)**, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 2375927 do SEI.

**CONSIDERANDO** que no referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua a Lei Federal n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto Estadual n.º 47.133/2023, o Decreto Federal n.º 3.555/2000, a Resolução n.º 64/2023 TJAM e demais legislações pertinentes,

#### RESOLVE:

**I – ADJUDICAR** o objeto do procedimento licitatório;

**II – HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referenciado, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

**III – DETERMINAR** que a empresa vencedora seja convocada para assinatura da Ata de Registro de Preço;

**IV – PUBLIQUE-SE** o presente despacho na forma da Lei.

Manaus, data registrada no sistema.

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas